

Sumário

Introdução	17
TÍTULO I – O MEIO AMBIENTE COMO OBJETO DO DIREITO	
Capítulo I – Meio Ambiente	
1. Conceito de meio ambiente	19
2. Aspectos do meio ambiente	21
3. Meio ambiente do trabalho	23
4. A qualidade do meio ambiente	25
5. Desenvolvimento econômico e meio ambiente	25
6. Sustentabilidade	27
Capítulo II – Degradação Ambiental e Consciência Ecológica	
1. Razão da tutela do meio ambiente	30
2. Processos de degradação do meio ambiente	30
3. Desmatamento	31
4. Poluição	31
5. Degradação do solo	34
6. Poluidor e poluente	34
7. Consciência ecológica	35
Capítulo III – Legislação Ambiental	
1. Evolução normativa	37
2. Legislação tutelar do meio ambiente no Brasil	38
3. Direito Ambiental	44
Capítulo IV – Fundamentos Constitucionais da Proteção Ambiental	
I – AMBIENTALISMO CONSTITUCIONAL	
1. Constituições estrangeiras	46
2. Constituições Brasileiras	49
II – REFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AO MEIO AMBIENTE	
3. Os modos de referência	50
4. Referências explícitas ao meio ambiente	50

5. Referências implícitas ao meio ambiente.....	52
III – O CAPÍTULO DO MEIO AMBIENTE	
6. O conteúdo normativo do art. 225 da Constituição Federal.	53
7. Significação geral dos enunciados	56
IV – CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS E LEIS ORGÂNICAS MUNICIPAIS	
8. Meio ambiente nas Constituições estaduais	57
9. Meio ambiente nas leis orgânicas municipais	60

**Capítulo V – Direito Fundamental
à Qualidade do Meio Ambiente**

1. Formação de um novo direito fundamental	61
2. A Declaração do Meio Ambiente de Estocolmo	61
3. Os princípios internacionais de proteção ambiental	62
4. Os novos princípios de proteção ambiental	66
5. Protocolo de Kioto	69
6. O Acordo de Paris	72
7. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.....	73
8. Conclusão	74

Capítulo VI – Federalismo e Meio Ambiente

I – FEDERALISMO	
1. Forma do Estado Brasileiro	75
2. Repartição de competências	75
3. Sistema de repartição de competências	76
II – A QUESTÃO AMBIENTAL E O FEDERALISMO	
4. Os problemas	76
5. República Federal da Alemanha	77
6. Federação Suíça	78
7. Espanha	78
III – O SISTEMA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	
8. Regras gerais	79
9. Incumbência do Poder Público	79
10. Competência da União	80
11. Competência comum	81
12. Competência legislativa concorrente	82
13. Competência dos Estados	83
14. Competência dos Municípios	84

TÍTULO II – OBJETO DA TUTELA AMBIENTAL

Capítulo I – Recursos e Patrimônio Ambientais

1. Definição do objeto de tutela	85
2. Recursos ambientais	86
3. Natureza do patrimônio ambiental	86

**Capítulo II – Provisões Constitucionais
sobre a Conservação Ecológica**

1. Conceitos ecológicos	89
2. Ecologia	90
3. Equilíbrio ecológico	92
4. Conservação ecológica	93
5. Processos ecológicos essenciais	94
6. Manejo ecológico das espécies	95
7. Ecossistemas	97
8. Diversidade do patrimônio genético	98

Capítulo III – Proteção da Qualidade do Solo

1. O solo	102
2. Formas de deterioração do solo	103
3. Poluição	103
4. Degradação	112
5. Erosão	112
6. Esgotamento	114
7. Conservação do solo	114
8. Sistemas de manejo do solo agrícola	115
9. Manejo do solo urbano	118

Capítulo IV – Proteção da Qualidade do Ar

1. Ar e atmosfera	119
2. Ar e vida	119
3. Poluição atmosférica.....	121
4. Agentes poluidores	122
5. Tutela da qualidade do ar	123
6. Padrões de qualidade do ar.....	125
7. Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso (I/M)	128

Capítulo V – Proteção da Qualidade da Água

I – ÁGUAS E SUA PROTEÇÃO

1. A água	130
2. Domínio sobre as águas	131
3. Competência para legislar sobre águas	132
4. Poluição da água	135
5. Proteção legislativa da qualidade da água	137
6. Proteção das águas no Estado de São Paulo	142

II – POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

7. Considerações gerais	143
8. Fundamentos e objetivos	143

9. Diretrizes gerais de ação	143
10. Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos ...	144
11. Planos de Recursos Hídricos	144
12. Classificação dos corpos de água	145
13. Outorga de direitos de uso de recursos hídricos	145
14. Cobrança do uso de recursos hídricos	146
15. Sistema de informações sobre recursos hídricos	147
16. Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	147
III – SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS	
17. Objetivos e composição	148
18. Conselho Nacional de Recursos Hídricos	149
19. Agência Nacional de Águas (ANA)	150
20. Comitês de Bacia Hidrográfica	151
21. Agências de Água	152
22. Organizações civis de recursos hídricos	153
Capítulo VI – Proteção do Meio Ambiente Marinho	
I – O MEIO MARINHO	
1. Águas marinhas e meio marinho	154
2. O mar territorial	154
3. A Plataforma Continental	155
4. A Zona Econômica Exclusiva	156
5. As águas contíguas	156
6. O alto-mar	156
7. Poluição do meio marinho	157
II – PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO MARINHO	
8. Considerações gerais	158
9. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	158
10. Obrigação geral dos Estados	159
11. Competência dos Estados	160
III – POLÍTICA NACIONAL SOBRE OS RECURSOS DO MAR	
12. Norma básica	161
13. Comissões para os recursos do mar	162
14. Lançamento de resíduos e alijamentos no mar	163
Capítulo VII – Gerenciamento Costeiro	
1. Conceito	165
2. Proteção constitucional da Zona Costeira	165
3. Objetivos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro ...	166
4. Instrumentos do PNGC	167
5. Elaboração e execução	169
6. Meios de atuação	170
7. Planos estaduais e municipais de Gerenciamento Costeiro .	171
8. Praias	172

9. Apicuns e salgados	173
-----------------------------	-----

Capítulo VIII – Proteção do Patrimônio Florestal

1. Flora e floresta	175
2. Ecossistemas florestais	176
3. Tutela jurídica do patrimônio florestal	180
4. A Constituição e a legislação florestal	183
5. O Novo Código Florestal	184
6. Áreas de preservação permanente	185
7. Florestas heterogêneas e florestas homogêneas.....	191
8. Florestas nativas, primitivas e regeneradas	192
9. Florestas plantadas	193
10. Disciplina da exploração florestal	194
11. Supressão de vegetação para uso alternativo do solo	197
12. Reserva legal	198
13. Recomposição, compensação e regeneração de reserva legal	202
14. Servidão Ambiental	204
15. Cota de Reserva Ambiental	205
16. Sistema de controle florestal e de incentivo à preservação florestal	205
17. Florestas públicas e concessão florestal	207
18. Áreas verdes urbanas	209

Capítulo IX – Proteção à fauna

1. Fundamentos constitucionais	211
2. Fauna: propriedade estatal	212
3. Política de Proteção à Fauna do país	213
4. Sistema de conservação e meios de proteção	214
5. Caça e criadouros privados.....	215

Capítulo X – Fontes de Poluição

1. Conceito e discriminação	217
2. Esgotos	218
3. Resíduos sólidos	219
4. Resíduos e emissões industriais	220
5. Lixo radioativo	222
6. Agrotóxicos	224
7. Extração e tratamento de minerais	226
8. Veículos automotores	228

TÍTULO III – MEIOS DE ATUAÇÃO

Capítulo I – Gestão do Patrimônio Ambiental

I – GESTÃO ECOLÓGICA

1. Noção	229
----------------	-----

2. Manejo do território	230
<i>II – POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE</i>	
3. Fundamentos e conteúdo	231
4. As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.....	231
5. Princípios, objeto e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente	232
6. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente	236
<i>III – POLÍTICA URBANA E PROTEÇÃO AMBIENTAL</i>	
7. Fundamentos constitucionais da Política Urbana	238
8. A qualidade do meio ambiente como objetivo da Política Urbana	238
9. Ordenação dos espaços urbanos como instrumento da Política de Meio Ambiente	239
10. Renovação urbana e meio ambiente	241
<i>IV – POLÍTICA AGRÍCOLA E PROTEÇÃO AMBIENTAL</i>	
11. Ideia e fundamentos	242
12. Propriedade rural e proteção ambiental	243
<i>V – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE</i>	
13. Constituição do Sistema	244
14. Atuação do SISNAMA	247

Capítulo II – Espaços Ambientais

<i>I – CONSIDERAÇÕES GERAIS</i>	
1. Noção	248
<i>II – ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS</i>	
2. Regime jurídico constitucional	249
3. Conceito	251
4. Categorias	251
<i>III – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</i>	
5. Noção e objetivos	253
<i>III.1 – UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL</i>	
6. Pré-compreensão	254
7. Estações Ecológicas	254
8. Reservas Biológicas	257
9. Parques Públicos	258
10. Monumentos Naturais	260
11. Refúgios de Vida Silvestre	261
<i>III.2 – UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL</i>	
12. Pré-compreensão	262
13. Áreas de Proteção Ambiental	263
14. Áreas de Relevante Interesse Ecológico.....	265
15. Floresta Nacional	266
16. Reservas Extrativistas	267
17. Reserva de Fauna	268

18. Reserva de Desenvolvimento Sustentável	269
19. Reserva Particular do Patrimônio Natural	271
III.3 – REGIME JURÍDICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	
20. Criação das Unidades de Conservação	272
21. Regime jurídico das populações tradicionais	274
22. Subsolo e espaço aéreo	276
23. Mosaico de Espaços Protegidos.....	277
24. Plano de Manejo nas Unidades de Conservação	277
25. Direção das Unidades de Conservação.....	278
26. Recursos das Unidades de Conservação	278
IV – ESPAÇOS PROTEGIDOS NÃO INCLUÍDOS NO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)	
27. Noção e regime jurídico	280
28. Jardins Botânicos	280
29. Hortos Florestais	281
30. Jardins Zoológicos	281
31. Reservas da Biosfera	282
V – ESPAÇOS DE MANEJO SUSTENTÁVEL	
32. Noção e regime	284
33. Patrimônio Nacional	284
VI – ZONEAMENTO AMBIENTAL	
34. Conceito de zoneamento	290
35. Objetivo e natureza do zoneamento	291
36. Zoneamento Urbano	293
37. Zoneamento Ambiental	294
38. Zoneamento Industrial	295
39. Zoneamento para Pesquisas Ecológicas	297
40. Zoneamento nas Áreas de Proteção Ambiental	297
41. Zoneamento nos Parques Públicos	298
42. Zonas de Amortecimento e Corredores Ecológicos	299
Capítulo III – Autorizações e Licenças Ambientais	
1. Instrumentos de controle ambiental	300
2. Conceito e distinções	301
3. Permissões e autorizações ambientais	303
4. Licenças ambientais em geral	305
5. Licenças ambientais de obras e atividades	306
6. Licença e Estudo de Impacto Ambiental	307
Capítulo IV – Estudo de Impacto Ambiental	
1. Conceito	310
2. Fundamento constitucional.....	311
3. Casos de Estudo de Impacto Ambiental	312
4. Natureza procedimental do instituto	313

5. Proponente do projeto e equipe multidisciplinar	314
6. Competência sobre o Estudo de Impacto Ambiental	315
7. Fases do procedimento do Estudo de Impacto Ambiental ..	316
8. Elaboração das diretrizes	317
9. Fase das atividades técnicas.....	318
10. Relatório de Impacto Ambiental	320
11. Participação do público	321

Capítulo V – Responsabilidade pelos Danos Ecológicos

I – DANO E REPARAÇÃO

1. Conceito e fundamento constitucional	323
2. Tipos de responsabilidade	324
3. Competência para legislar sobre dano ambiental	324

II – RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

4. Noção e fundamento jurídico	325
5. Infrações e sanções administrativas	326
6. Formalização das sanções	327

III – RESPONSABILIDADE CRIMINAL

7. Conceito	329
8. Crimes contra o meio ambiente	329
9. Apuração da infração penal.....	336

IV – RESPONSABILIDADE CIVIL

10. Conceito	336
11. Fundamento jurídico	336
12. Natureza da responsabilidade	336
13. Cláusulas excludentes	337
14. Impacto ambiental e reparação do dano ambiental	338
15. Determinação do responsável	339
16. Tipos de reparação.....	340

Capítulo VI – Meios Processuais de Proteção Ambiental

1. Meios processuais	342
2. Ação penal	343
3. Procedimento civil ordinário	344
4. Ação civil pública	344
5. Ação popular	345
6. Mandado de segurança coletivo	346
7. Tutela cautelar.....	346
8. Execução específica e mandamento cominatório	347

Bibliografia	351
---------------------------	-----

Índice Alfabético-Remissivo	361
--	-----